

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA MARÇO/2023

Ao primeiro dia do mês de março do ano de 2.023, em segunda convocação às 19h22min, horário de Brasília, no Auditório da Subprefeitura do Campo Limpo, localizada na Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 59, na cidade de São Paulo, Capital, bairro de Campo Limpo, nos termos da Lei 15.764/2013, regulamentada pelo Decreto 59.023/2019 e Portaria nº002/PREF/CC/SERS/2020, deu-se início a reunião plenária ordinária do Conselho Participativo Municipal do Campo Limpo (CPM-CL) sob coordenação da Sra. Monica Oliveira Santos da Silva. Sendo informado a todos que a reunião estaria sendo gravada para fins de elaboração da ata, que ficou a cargo da conselheira Wellyene Gomes Bravo, tendo em vista a ausência dos secretários.

Contou-se com a presença de 09 (nove) conselheiro, representante da subprefeitura e munícipes, conforme lista que se segue:

Função	Nome	Presença	Justificativa
Conselheiro(a)	Alexandra Gonçalves da Silva	Ausente	
Conselheiro(a)	Edna Maria da Silva Moreira	Presente	-
Conselheiro(a)	Eva Silva Cunha	Ausente	
Conselheiro(a)	Fernando Fonseca de Andrade	Ausente	-
Conselheiro(a)	Graziela Larissa da Silva Santos	Presente	
Conselheiro(a)	Jaqueline Souza de Santana	Ausente	
Conselheiro(a)	Marcelo Louverde Magela	Presente	

Conselheiro(a)	Marcos Sousa Santos	Ausente	
Conselheiro(a)	Matheus Lucca Silva	Ausente	-
Conselheiro(a)	Monica Oliveira Santos Silva	Presente	-
Conselheiro(a)	Priscila Marrone Lacaz Vieira	Ausente	
Conselheiro(a)	Renilda Aguiar Pinto Ribeiro Mota	Presente	-
Conselheiro(a)	Rosana Bispo de Araújo	Ausente	
Conselheiro(a)	Rosangela da Conceição Silva	Ausente	
Conselheiro(a)	Rubens Santana de Oliveira	Ausente	-
Conselheiro(a)	Susanne Elisabeth Spengler	Ausente	-
Conselheiro(a)	Valdecy Dias Gomes dos Santos	Presente	-
Conselheiro(a)	Valdemir José Trindade	Ausente	
Conselheiro(a)	Wellyene Gomes Bravo	Presente	

Suplente	Bianca Amendola	Presente	-
Interlocutor - Servidores da Subprefeitura			
Interlocutor (a)	Naltilha Ana	Presente	
Convidados e Munícipes presentes			
Munícipes	Eduardo Fernandez - Estudante de arquitetura São Judas - Butantã	Maria - Diretora da Associação Multiplicando/A ssistente Social	Dna Elvira - Presidente Assoc.Capão Redondo - Fundão

1. Abertura da reunião, leitura da pauta, apresentação de convidados e autoridades presentes:

A abertura da reunião foi realizada pela conselheira Mônica, eleita na reunião de fevereiro/2023 como coordenadora do Conselho Participativo, após renúncia do conselheiro Marcelo. Informou que a pauta dos trabalhos do dia se iniciaria com a discussão e votação das atas e em seguida com a deliberação e votação a respeito do assunto discutido na reunião passada, a respeito da conselheira Wellyene. A conselheira Mônica informou que faria uma chamada de vídeo para o conselheiro Fernando para que ele assistisse as discussões sobre a questão e, depois, a palavra seria aberta a todos que quisessem, por alguns minutos, para manifestarem sobre a situação. Perguntou se todos estavam de acordo. A conselheira Wellyene não se opôs quanto à participação de Fernando, desde que não ficasse configurada a presença, por falta de previsão no edital de convocação, e sugeriu a possibilidade dos outros assistir a reunião por ZAP com envio de mensagem aos demais conselheiros não presentes. Os demais conselheiros não se manifestaram, nem se opuseram.

Em seguida, a Sra. Naltilha, representante do poder público na reunião, pediu à conselheira Mônica para ler na íntegra a pauta publicada no Diário Oficial da Cidade, para que todos tivessem ciência. A conselheira Mônica fez a leitura. Pauta: *I-Deliberação das atas de reuniões anteriores, validação e aprovação e publicação no DOE - 20min; II-Deliberação quanto aos conselheiros que não apresentaram justificativa para ausência nas últimas reuniões (ausência justificada somente é considerada com comprovante) - 15min; III-Acolhimento de possíveis manifestações de munícipes, presentes e/ou representados, quanto aos chamados abertos através do SP156 para apoio do CPM-CL - 40min, sendo 5min para cada munícipe."*

Logo após a leitura da pauta, a conselheira Wellyene propôs alteração da ordem da pauta, solicitando que primeiro fosse feita a escuta de demandas e depois tratassem dos assuntos administrativos. Destacou a situação da munícipe Maria, que precisava retornar logo, pois tinha deixado o filho pequeno em casa, portador de PCD e não poderia ficar muito tempo na reunião.

A conselheira Mônica destacou a importância de seguir a pauta e de cumprir o tempo estipulado para a reunião. Pediu que cada participante não ultrapassasse cinco minutos na apresentação de suas demandas. Todos concordaram com a inversão da ordem de discussão. O conselheiro Marcelo e Wellyene registraram que também tinham demandas. Em seguida, a conselheira Mônica deu início ao item III da pauta, abrindo a palavra para a rodada de apresentações e demandas.

2 - Acolhimento de possíveis manifestações de munícipes, presentes e/ou representados, quanto aos chamados abertos através do SP156 para apoio do CPM-CL - 40min, sendo 5min para cada munícipe."

A conselheira Renilda foi a primeira a se apresentar; comentou que era seu primeiro mandato como conselheira participativa e estava aprendendo muito. Falou que a região do Campo Limpo tem muita coisa que precisava ser feita. Comentou que o transporte de ônibus ficou muito prejudicado com a inversão de sentido na Avenida Caldeira Filho, causando muitos transtornos. Citou como exemplo, o tempo que ela tinha gasto para chegar na reunião, quase 60 minutos de ônibus, do terminal Campo Limpo até a subprefeitura. Em seguida, registrou que durante o percurso do ônibus reparou no grande volume de lixo, descartado irregularmente nas vias públicas; falou que no bairro onde reside o maior problema é a quantidade buracos e "crateras" nas ruas, que as ruas parecem colchas de retalhos, exemplificou com a Rua Póvoa de Varzim, de tantas ações de tapa buraco, um do lado do outro. Falou que a Prefeitura precisa verificar isso direito, pois em algumas vias, as ações de tapa-buraco já não estavam resolvendo mais o problema, "elas precisam ser raspadas e recapeadas como um todo". Deu como exemplo a rua do pronto socorro 24 horas, Rua Alexandre Golovine, onde existe uma cratera bem em frente, dificultando inclusive a entrada e saída de ambulâncias, e que no local colocaram uma placa de ferro, devido aos riscos. Apontou que a cada chuva surgem novos buracos e apesar das equipes de tapa-buraco verem outros e novos buracos na via que estão atendendo, eles tapam apenas o buraco do chamado, independente do outro estar bem ao lado. Considera isso um absurdo. Falou que não adianta acompanhar e conversar, eles simplesmente dizem que não podem tapar. A conselheira Mônica perguntou se foram abertos chamados no 156 e pediu para os números serem passados para que possam ser acompanhados e cobrados, e para constar na ata. A conselheira Renilda falou que fez vários chamados, alguns foram atendidos, outros não. A conselheira Mônica comentou que a empresa ganha por chamada/buraco tampado. A conselheira Renilda registrou que a execução dos serviços está muito ruim, e aparentemente, fazem mal feito para retornar novamente. Falou que é preciso acompanhar melhor esses contratos, "se a empresa não está fazendo o serviço direito, a Prefeitura precisa abrir outra licitação e contratar outra empresa".

A conselheira Mônica comentou que o maior problema é a falta de fiscalização, os funcionários precisam ser fiscalizados, assim como fazemos quando contratamos funcionários".

O conselheiro Marcelo falou que essa questão também foi apontada em reunião passada. Comentou que a primeira vistoria técnica realizada por membros do Conselho (Marcelo, Valdecy, Renilda e Wellyene) e o Poder Público (Alexandre), em 16/11/2022, no Jd. Umarizal - Rua Andreas de Firenze e adjacências -, gerou vários protocolos de tapa-buraco, de limpeza de córregos, de bueiros, reforma de sarjeta, construção de bueiros, sinalização vertical e horizontal em lombadas - um total de 39 protocolos do Jd. Umarizal que precisam ser fiscalizados (29693601, 29693337, 29693414, 29693051, 29693225, 29692087, 29692067, 29691984, 29691968, 29691923, 29691827, 29691754, 29690932, 29690845, 29690902, 29690797, 29690404, 29690362, 29690337, 29690295, 29690258, 29690230, 29689369, 29689326, 29533035, 29532902, 295328885, 29532826, 29532846, 29510233, 29510232,

29510227, 29510224, 29510223, 29510216, 29532954, 29693634, 29693534). Falou que no seu entender as visitas técnicas em regiões do território são super importantes e devem continuar e que o Conselho precisa encontrar uma solução dentro da subprefeitura para resolver esses problemas. A conselheira Wellyene registrou que também foi realizada uma vistoria na Paraisópolis por membros do Conselho (Guga, Priscila e Wellyene), em 07/12/2022, ainda pendente de encaminhamentos.

A sra. Naltilha pediu a palavra e passou o informe referente à reunião do CADES Campo Limpo, ocorrida na véspera. Falou que subprefeitura pretende chamar todos os conselheiros CADES e CPM para conhecerem os diversos setores da subprefeitura - CPO, que cuida de obras; o CPDU, que cuida da fiscalização, entre outros, o que facilitará o acesso dos conselheiros dentro da subprefeitura.

O conselheiro Marcelo retomou o uso da fala e propôs que o Conselho defina uma data para fazer visitas/vistorias de retorno nos locais dos chamados abertos, com a finalidade de verificar/fiscalizar se foram atendidos e atendidos direito. Propôs, ainda, que os trabalhos de novas vistorias técnicas fossem retomados e comentou sobre a necessidade dos participantes dividirem entre si a tarefa de abrir os protocolos no 156, pois na visita do Jd. Umarizal ele abriu sozinho os 39 chamados, registrou que era muito trabalho para um conselheiro fazer sozinho, sendo fundamental dividir a tarefa de abrir protocolos no 156 com mais conselheiros.

A Sra. Naltilha lembrou ao Marcelo que o momento era para apresentação dos presentes e de demandas e que ele estava se adiantando. O conselheiro Marcelo comentou que era preciso resolver essas questões na reunião, caso contrário, o Conselho ficaria mais um mês para resolver questões de procedimentos, com impactos no funcionamento. A Sra, Naltilha insistiu para que a palavra fosse dada aos munícipes para que eles apresentassem suas demandas e depois pudessem sair, caso quisessem.

A conselheira Renilda propôs que o Conselho realizasse reuniões preparatórias, antes das ordinárias, que serviriam para ajustar a forma de desenvolver os trabalhos e definir pautas a serem discutidas com munícipes e quais assuntos devem ser discutidos em reuniões com convidados e/ou entre os conselheiros.

A sra. Naltilha comentou que a sugestão da conselheira também era um assunto para ser discutido depois, e pediu que os presentes continuassem as apresentações de forma rápida, com nome e região, e passou a palavra.

As(os) conselheiras (os) Valdecy, Marcelo, Bianca, Graziela, Mônica se apresentaram. A conselheira Valdecy informou morar no Jd.Umarizal, local onde havia ocorrido a primeira visita técnica, comentada pelo conselheiro Marcelo. O conselheiro Marcelo informou que era representante do distrito do Capão Redondo. A conselheira Bianca informou ser representante do distrito da Vila Andrade. A conselheira Graziela informou que era do Jd. Germania. A conselheira Mônica informou representar o distrito do Campo Limpo e estar como coordenadora do Conselho. A sra. Naltilha informou que era interlocutora do poder público no conselho, que tinha o direito de voz, mas não de voto no conselho. A conselheira Wellyene informou que estava como representante do distrito da Vila Andrade, em segundo mandato, eleita como vice-coordenadora do Conselho e morava no distrito da Vila Andrade.

A munícipe Maria informou que era moradora do Condomínio Morumbi Sul. O munícipe Eduardo informou que era morador do Jd. Umarizal, estudante de arquitetura, na Universidade São Judas e estava fazendo seu TCC sobre equipamento de Cultura no Campo Limpo.

Em seguida, a Sra. Naltilha pediu para os munícipes apresentarem suas demandas.

A munícipe Maria falou sobre os problemas de segurança no bairro e o sobre o aumento da violência na região, com assaltos e arrastões nos horários de pico, principalmente após a inversão da Carlos Caldeira, que também provocou aumento de congestionamento na Nossa Senhora do Bom Conselho. Disse que são muitos os assaltos de pedestres na região, muitas invasões de casas na Vila Prel. Falou que era assistente social, trabalhava na região, tinha um filho deficiente e era presidente de uma instituição que dá apoio para pessoas com deficiências da região. Reforçou a fala da conselheira Renilda referente ao transporte e sobre o caos gerado na região, após a inversão. Comentou sobre o tempo de deslocamento das pessoas, no sentido Capão Redondo/Centro, não sabendo dizer se no sentido Centro/bairro melhorou ou piorou. Falou que chegou a levar 2 horas para fazer o trajeto do terminal Capão até onde reside, condomínio Morumbi Sul, de carro. Por fim, informou que o pessoal do Morumbi Sul está criando uma petição on-line pleiteando uma base comunitária da GCM, para ser instalada no bairro. Comentou que a segurança do bairro tinha piorado muito desde que o contrato de segurança privada/de ronda, firmado por alguns condomínios, tinha terminado. Falou que os condomínios estavam estudando a possibilidade de firmar outro contrato, mas independente disso, entende que a segurança pública é direito de todos e dever do Estado. Comentou que não sendo possível instalar a base comunitária, seria urgente aumentar o número de servidores públicos que atuam na segurança pública da região. Falou que não vê viaturas circulando pelo bairro e, independente de um bairro ou outro poderem contratar serviço de segurança privada, todos deveriam brigar pela efetividade de políticas públicas de segurança, Comentou sobre a insegurança sentida pelas pessoas que andam pelas ruas, que descem de ônibus, que saem de casa.

O conselheiro Marcelo manifestou concordância com a munícipe e comentou que todos os bairros estavam sofrendo com a falta de segurança - Capão, Vila Prel... Disse ser preciso mobilizar as pessoas do território, chamando para participarem da próxima reunião do CPM, de forma a fortalecer pedidos de doação de terrenos públicos para instalação de mais bases da polícia militar. A conselheira Mônica comentou que tinha conversado com a conselheira Suzy, que também é secretária no Conseg Campo Limpo. Comentou que realmente são poucas as viaturas que fazem ronda no território e que dificilmente o pedido da munícipe de instalação de uma base da GCM seria atendido, mas a munícipe poderia tentar levar a demanda de segurança pública nas reuniões do CONSEG.

A munícipe disse quealaria da situação também na reunião do Conseg, assim como estava fazendo naquele momento com o CPM, que sua demanda era para o Conselho enviar um ofício ao Conseg, solicitando relatórios de ocorrências nos bairros, para serem juntados à petição on line e, posteriormente, encaminhados para a Secretaria de Segurança Pública, Ouvidoria, Batalhão e outros órgãos, responsáveis pela segurança pública.

A conselheira Wellyene falou que também tinha conversado com a Suzy e transmitido as informações recebidas da conselheira Suzy para a Maria, e a tinha convidado para a reunião do CPM, e reafirmou a importância da munícipe participar da reunião aberta e pública do Conseg Campo Limpo, dia 13/03/2023, independente do prévio retorno dado pela Suzy ou na presente reunião. A conselheira Mônica falou para a munícipe não deixar de abrir protocolo no 156. A conselheira Wellyene retomou a fala e propôs, com respaldo na função de articulação do Conselho Participativo com outros conselhos, que o Conselho Participativo aprovasse o envio de ofício ao Conseg, conforme solicitado pela munícipe e outro para o subprefeito. Esse último para solicitar que ele tente viabilizar uma reunião, na subprefeitura, com a presença dele (subprefeito), membros do Conselho Participativo, membros do Conseg, da Polícia Militar, GCM e membros de associações do território, que possam prestar

testemunho da situação, a fim de discutir e pensar em contribuições/sugestões de melhorias para essa e outras questões que envolvam a segurança, do território. Por fim, comentou que no biênio passado, eles enviaram ofício com essa solicitação e não tiveram sucesso. Quanto à inversão da Carlos Caldeira, a conselheira propôs que o Conselho Participativo envie um ofício para CET solicitando os estudos ou relatórios de impactos gerados durante o período de implementação, para conhecimento do Conselho e para embasar respostas aos munícipes que trouxeram a questão na presente reunião. Sugeriu solicitar também relatórios da SPTRans, com informações referentes aos impactos no tempo de deslocamento das linhas de ônibus. Comentou, por fim, que no biênio passado, o Sr. Genildo (representante da SPTRans) e o Sr. Clayton Dias (representante da CET) tinham sido regularmente convidados e tinham participado de diversas das reuniões do Conselho e manifestou a importância deles voltarem a ser convidados para as próximas reuniões ordinárias, biênio 2022/2024.

A Sra. Naltilha informou aos presentes sobre a existência do portal de transparência - ECIP, onde é possível conseguir várias informações de diversos órgãos, salientou a vantagem de usar o portal, ressaltando que todos os órgãos são obrigados a cumprir o prazo máximo de resposta, estabelecido pela Lei de Acesso à Informação - LAI.

O munícipe Eduardo também falou sobre a questão do transporte público no território, comentou que produziu e aplicou uma pesquisa, não muito grande, para subsidiar o seu trabalho de conclusão de curso, cujo tema aborda os equipamentos de cultura, no distrito do Campo Limpo, onde vivem aproximadamente 230 mil pessoas. Destacou, alguns pontos apontados na pesquisa, entre eles que a falta de segurança faz com que muitos deixem de usufruir dos equipamentos de cultura. Comentou sobre estudos/pesquisas da Rede Nossa São Paulo que apontam o coeficiente de 3 de equipamentos de cultura para cada 100 mil habitantes, no distrito do Campo Limpo, e que a situação é muito pior nos outros distritos. Porém, dados preliminares de sua pesquisa, apontam que o território carece de mais oferta. Comentou que áreas culturais despertam o senso de comunidade e melhoram a segurança de uma região, que a promoção de atividades culturais em áreas de convivência e espaços públicos, possibilita que as pessoas se conheçam melhor, faz com que a região fique mais movimentada, mais iluminada, e tudo isso influi na segurança do local. O conselheiro Marcelo sugeriu ao munícipe que procurasse a supervisão de cultura, da subprefeitura, uma vez que ela poderia fornecer dados referente os equipamentos culturais existentes na região, Capão Bonito, Campo Limpo e Vila Andrade, dados que podem ajudar bastante no entendimento do território, em termos de cultura, lazer, recreação e também de segurança e necessidades da comunidade (idosos, crianças, jovens e adultos).

Em seguida, a conselheira Bianca retomou o assunto de segurança trazida pela munícipe Maria e fez um breve relato sobre as ferramentas que os munícipes podem usar para tentar melhorar a segurança do bairro, entre elas, abertura de 156, presença nas reuniões do Conseg e a estratégia de vizinhança solidária. Informou aos presentes que a segurança privada não pode fazer ronda, nem andar armada em espaços públicos - frisou que segurança privada atua dentro de espaços privados. Salientou que a segurança armada, em vias públicas, só pode ser realizada por agentes do Estado, da segurança pública. A conselheira Bianca iniciou explanação sobre o projeto "vigilância solidária", mas após alguns instantes, parte dos conselheiros entenderam que as informações poderiam ser obtidas na reunião do Conseg. A conselheira Wellyene ficou de compartilhar com as duas, munícipe Maria e conselheira Bianca, os respectivos telefones, para que pudessem continuar conversando sobre a "vizinhança solidária" no bairro.

Os encaminhamentos aprovados foram: elaboração e envio de ofícios para a CET, SPTrans (relatórios dos impactos da inversão), Conseg (dados de ocorrências nos bairros) e Subprefeito (reunião com o conselho e outros órgãos Conseg, PM, GCM)..

A conselheira Graziela propôs um acompanhamento em planilha de todos os protocolos de 156 gerados por conselheiros ou trazidos por munícipes, para fins de fiscalização e visibilidade das ações do conselho. O conselheiro Marcelo falou que está fazendo o controle dos 39 protocolos abertos por ele, mas enviaria os números para a Graziela montar a planilha geral de controle. A conselheira Wellyene aproveitou e perguntou ao conselheiro Marcelo se tinha enviado algum ofício para a subprefeitura, com as demandas levantadas na primeira visita técnica realizada no Jd. Umarizal. Lembrou que o Sr. Alexandre e o Sr. Pepe salientaram, tanto na primeira como na segunda reunião ordinária, a necessidade de comunicação formal, por ofício, das demandas do Conselho. O conselheiro Marcelo falou que foram abertos os 39 protocolos do 156, e que não houve envio de ofícios, e destacou a importância dos ofícios emitidos pelo Conselho conterem o número do protocolo da demanda aberta no SP156.

A conselheira Bianca passou um informe referente à inversão da Av. Carlos Caldeira Filho. Falou que participou do evento de apresentação do plano operacional da CET, ocorrido no dia 13/01/2023, no auditório da Subprefeitura do Campo Limpo. Comentou que no dia do evento foi informado que a inversão da Caldeira Filho foi uma demanda expressa do Prefeito Ricardo Nunes, com o objetivo de desafogar o trânsito da região, com repercussão na Marginal Pinheiros, e que o trânsito realmente passou a fluir melhor. Alguns conselheiros perguntaram onde o trânsito fluiu melhor? A conselheira respondeu, na Marginal Pinheiros. Depois, continuou relatando que foi dito no evento, pela CET, que o planejamento da ação foi bem rápido, entre o Natal e o Ano Novo, e que nos meses subsequentes seriam feitos os ajustes necessários. Os conselheiros e munícipes presentes reafirmaram a piora no trânsito local.

A palavra foi passada para Dna Elvira, presidente, há 37 anos, da Associação dos Moradores do Parque Vera Cruz, "Fundão", localizada próxima ao terminal Capão Redondo. Comentou rapidamente sobre os transtornos causados pela inversão de sentido na Carlos Caldeira, principalmente na proximidade do metro Capão Redondo. Depois, disse que estava na reunião para pedir ajuda ao Conselho na resolução de um problema urgente. Explicou que anos atrás a comunidade Sabin passou por um processo de reurbanização, com diversas melhorias, inclusive instalação de rede de água e esgoto, e a urbanização proporcionou, também, a valorização dos imóveis. Porém, infelizmente, contou que algumas pessoas continuaram a construir irregularmente em anos posteriores e agora estavam com uma casa/prédio prestes a despencar do morro onde foi construída, pondo em risco a casa de baixo e a vida de pessoas e informou o endereço de referência da casa, Rua Lisse, 415 - próximo a casa do Benjamin, na Sabin. Informou, ainda, que a Sabesp e a Defesa Civil estiveram no Viela Ouro D'água, para ver o escadão, prestes a desabar, com esgoto correndo, localizado no final da Rua Lisse. Falou que a filha tinha enviado fotos dessas questões e que o local tem muito lixo, está cheio de mato e ratos. Falou que representantes da Sabesp e da Defesa Civil disseram que a passagem, escadão e muro precisavam de interdição e intervenção de obra, e repassaram o protocolo 29998339, para o Setor de Obras da subprefeitura. A munícipe informou que no dia 28/02/2023, o engenheiro Wilson e a Sra Márcia, da Subprefeitura Campo Limpo, foram até a comunidade para vistoriar a situação de risco da escada e de desmoronamento da construção erguida irregularmente, mas não fizeram a vistoria por se sentirem ameaçados por pessoas que os abordaram. Ela declarou não entender a razão de não ter sido procurada, falou que ela avisou e pediu na subprefeitura que os agentes fossem orientados a procurá-la, para que ela pudesse acompanhar a vistoria. Falou que quando foi informada por moradores que eles estavam indo embora, ela tentou persuadi-los a fazer a visita, insistiu, informou que os acompanharia, explicou que as pessoas da comunidade nunca criaram problemas em vistorias da Subprefeitura e que provavelmente tinha havido alguma confusão, mas os servidores da subprefeitura foram embora e não

fizeram a vistoria. Finalizou dizendo que estava na reunião do conselho para pedir ajuda, pediu para a subprefeitura ir lá e fazer a obra necessária e urgente, pois a escada e a construção estão por desmoronar..

As fotos citadas pela munícipe haviam sido recebidas e compartilhadas pela conselheira Wellyene, no grupo zap. Todos os conselheiros aprovaram o pedido da munícipe, ou seja, envio de ofício, com o telefone da Dna Elvira, para a subprefeitura, solicitando intervenção urgente, uma vez que a situação da casa/prédio é realmente de crítica - juntar as fotos ao ofício.

A servidora Naltilha registrou que os servidores estavam com identificação e ia verificar o ocorrido e saber a data de retorno. Falou que era importante o CPM encaminhar um ofício formalizando a situação existente na comunidade.

Em seguida, o conselheiro Marcelo iniciou a apresentação de sua demanda e falou que sua demanda era propositiva. Propôs a marcação de uma reunião com o Secretário Municipal de Habitação para poder discutir a regularização fundiária do Jd. Valquíria, no Capão Redondo, falou que o projeto visa beneficiar mais de 15.000 famílias, que vivem no Jd, Aurelio, Jd. Campo dos Ferreira e Jd.Capão Redondo, além do Jd.Valquíria. Mostrou uma cópia do mapa que compõe o processo de regularização para melhor entendimento dos conselheiros. Comentou que o processo de regularização fundiária iniciou em 2000, há 23 anos, pela Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, e até hoje nada tinha sido feito. Pediu apoio aos colegas para ajudarem a intervir nessa questão. Registrou que essa é a principal pauta dos munícipes que o elegeram para ser conselheiro do CPM do Campo Limpo. A Sra. Naltilha falou que seria importante já encaminhar o convite para o Secretário participar da próxima reunião, por e-mail. O conselheiro Marcelo falou que o convite poderia sim ser enviado por e-mail, mas fazia questão de entregar pessoalmente na SMH e gostaria que outros conselheiros o acompanhassem, e assim que tivesse a confirmação de presença do Secretário, iria mobilizar os moradores para participarem dessa reunião. Encaminhamentos: a conselheira Mônica conversou com o conselheiro Fernando e ele se comprometeu a fazer a carta convite para o Secretário participar da próxima reunião ordinária, explicitando na carta o assunto - Regularização Fundiária do Jd. Valquíria”, outros detalhes sobre o teor do convite ficaram ser ajustados entre os conselheiros Marcelo e Fernando O conselheiro Marcelo também ficou de se articular com demais conselheiros para fins de entrega do convite, em mãos do Secretário, na Secretaria Municipal de Habitação, possivelmente na quarta-feira, dia 08/03/2023. Para a reunião ordinária que tratará do assunto, os conselheiros também entenderam importante convidar membros do Conselho Municipal de Habitação, recém eleitos, que representam e conhecem o território.

A conselheira Mônica informou que já eram 20h:34min, não sendo mais possível permanecer no item "Demandas" da pauta, pois era preciso iniciar as discussões dos outros itens. A Sra. Naltilha encaminhou para que se desse início ao item da pauta referente a deliberação das atas.

3- Deliberação das atas de reuniões anteriores, validação e aprovação e publicação no DOE - 20min

A Sra. Naltilha iniciou a discussão perguntando aos conselheiros se todos leram, acompanharam as atas e se estava tudo em ordem.

A conselheira Wellyene respondeu que não, recordou que a ata de outubro foi publicada em novembro/2022; que faltava a elaboração da ata de novembro/2022 e que precisavam verificar onde estavam as informações, registradas em áudio pelo Alexandre, que era o interlocutor à época. Quanto a ata do mês de dezembro/2022, registrou ter algumas

considerações anotadas e que gostaria de incluir. Em relação a ata de fevereiro/2023, a conselheira informou que já tinha se manifestado por e-mail para todos os conselheiros, que em apertada síntese, questionou a publicação de uma ata registrando falas e inverdades sobre sua pessoa, indevidamente, uma vez que não estava presente na reunião e todos tinham acompanhado as diversas trocas de email sobre a questão da senha do gmail. Disse aos presentes que caso a maioria votasse pela publicação da ata de fevereiro/2023, com o teor compartilhado no Zap, votaria contrariamente e apresentaria a justificativa de voto contrário, para ser publicada junto com a ata, no Diário Oficial.

A Sra. Naltilha sugeriu que a ata de fevereiro/2023 fosse refeita, que a conselheira Mônica conversasse com o conselheiro Fernando para refazer e compartilhar no grupo novamente, pediu para que a ata de dezembro/2022 fosse complementada com contribuições e a de novembro/2022 elaborada. Solicitou agilidade aos conselheiros, e informou que a Casa Civil estava cobrando as publicações. Perguntou se todos concordavam. Não houve manifestação em contrário.

Em seguida, a conselheira Mônica pediu licença para ser bem sincera quanto a “questão da conselheira Wellyene”, falou que tem a impressão que a conselheira Wellyene quer demonstrar para o grupo que sabe mais que os demais, simplesmente por ela já ter sido conselheira do biênio anterior, e que a discussão entre o conselheiro Fernando e a conselheira não estava legal para o grupo. Disse que o papel do conselho é ajudar os munícipes e todos estavam ali para isso e não para ficarem criticando uns aos outros. Falou que no seu entendimento a conselheira errou ao entrar no email e ter violado a senha. Nesse instante, a conselheira Wellyene pediu uma parte e registrou que não poderia deixar de se pronunciar após a última frase da colega. A conselheira Mônica disse que não tinha terminado e que depois passaria a palavra. Continuou, falou que sabia da situação, sabia que a conselheira tinha fornecido a senha, que a senha havia sido trocada pelo conselheiro Fernando, e sabia que por diversas vezes a conselheira tinha solicitado a nova senha ao secretário Fernando, só que, o próprio interlocutor do CPM havia informado ao secretário Fernando que: “ eles só passariam a informação se eles quisessem, eles não eram obrigados” , disse ainda que a própria Casa Civil tinha deixado claro que quem tem que ficar com o “poder disso aí” eram o coordenador e o secretário, que na época eram o Marcelo e o Fernando. Nesse instante, a munícipe, Dna Elvira, pediu licença para se retirar, se despediu e agradeceu a todos.

Em seguida, a conselheira Mônica retomou a palavra dizendo que todos estavam ali para ajudar os munícipes, para isso era preciso que todos procurassem se entender, sem ficarem criticando uns aos outros. Encerrou afirmando que todos podem e devem fazer de tudo para o conselho funcionar. Passou a palavra..

A conselheira Wellyene iniciou a fala comentando que os conselheiros presentes tinham acompanhado as discussões travadas por e-mail em relação a senha. Lembrou aos presentes que o gmail e respectiva senha era do biênio anterior, criados no biênio anterior e não no atual biênio. Falou que tinha compartilhado a possibilidade de acesso ao gmail aos novos conselheiros, sim. Que o fez durante a reunião chamada pelo conselheiro Marcelo, então coordenador, logo após o processo eleitoral que elegeu a comissão de coordenação do CPM. Comentou que os conselheiros que participaram daquela reunião (administrativa) estavam presentes. Registrou que a senha foi primeiro compartilhada com os(as) conselheiros(as) Marcelo, Renilda, Edna e Dercy, e depois com o conselheiro Fernando. Lembrou que durante a “reunião administrativa” dividiu com os colegas todas as dificuldades que o mandato anterior tinha enfrentado, e em razão da dificuldade vivenciada, ofereceu acesso às ferramentas criadas - gmail, planilha de controle, facebook, com o intuito de ajudar e agilizar a atuação no atual mandato. Explicou que a planilha que estava no google-drive, gestão anterior, era uma planilha de controle, construída para facilitar o

acompanhamento de ofícios (com campos para número de ofício, campo com o link de acesso ao ofício, data de envio para a subprefeitura/interlocutor, número no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) gerado pelo interlocutor, que registra os atos administrativos relacionados. Informou que com o número do SEI, os membros do conselho conseguem acompanhar as providências tomadas pelo poder público, e possibilita um melhor retorno aos munícipes. Frisou, novamente, que o endereço de gmail e a planilha foram criados e usados pelos conselheiros do biênio anterior; que em nenhum momento achou que o acesso disponibilizado importaria na troca da senha, da forma efetuada. Registrou que a ação de compartilhamento visava evitar que o novo colegiado passasse pelas dificuldades enfrentadas no biênio anterior. Depois falou que a senha gerada por ela após o episódio foi compartilhada no mesmo dia, com os colegas conselheiros, inclusive o Fernando, pelo grupo do ZAP, todos sabem disso. Finalizou dizendo: "você compartilha uma senha com uma pessoa, essa pessoa entende que deve mudar a senha sem falar com você, vocês acham isso certo?".

Nesse instante, a conselheira Edna falou que a mudança da senha foi votada em reunião, que foi perguntado aos conselheiros se aceitariam mudar a senha ou não. A conselheira Wellyene falou que desconhecia essa votação e perguntou quando houve essa votação, em qual reunião, na reunião passada? A conselheira Mônica interveio dizendo que a votação não tinha ocorrido na reunião passada, mas em outra reunião, onde foi falado, após o acontecido desse problema. A conselheira Wellyene voltou a perguntar em qual reunião houve essa votação, já que ela tinha participado de todas as reuniões, com exceção da reunião passada e não tinha participado dessa votação nem visto registro nas atas. A conselheira Mônica retomou a palavra e falou que quando o Marcelo e o Fernando assumiram a Coordenação, eles falaram que iam melhorar o sistema e depois passariam a senha para todo mundo. Nesse momento, a conselheira Wellyene lembrou aos presentes que a Coordenação do conselho é composta por quatro membros, devidamente eleitos na segunda reunião ordinária; Marcelo, ela, Fernando e Matheus.

A conselheira Mônica alegou que essa ata de votação da comissão de coordenação não havia sido publicada... A conselheira Wellyene perguntou a conselheira Mônica se em decorrência da ata de eleição não ter sido publicada, ela realmente achava que a votação realizada deixava de ter valor? e continuou, "se assim fosse, o CPM estaria sem coordenação, afinal a bendita ata ainda não foi publicada", o Marcelo e o Fernando também não seriam coordenador e secretário. Falou que os conselheiros não podem reconhecer o que interessa e descartar o que não interessa do processo de votação. A votação ocorreu em novembro, na segunda reunião ordinária, dentro de parâmetros estabelecidos no regimento interno vigente do Conselho e em comum acordo com os presentes na reunião ordinária, realizada em 03/11/2022. A eleição ocorreu e foram eleitos os 4 membros para compor a Comissão de Coordenação (o mais votado entre os conselheiros que se candidataram para coordenador definiria o coordenador e o segundo mais votado seria o vice-coordenador, sendo eleitos Marcelo como coordenador e Wellyene como vice coordenadora, e que entre os candidatos a secretário, o mais votado ficaria como primeiro secretário e o segundo mais votado seria o segundo secretário, sendo eleitos o Fernando como primeiro secretário e o Matheus como segundo secretário), tudo registrado em documentos que ficaram em poder do interlocutor, Alexandre, que por sinal, na ocasião, se comprometeu a elaborar essa segunda ata, deixando claro que as seguintes seriam de nossa responsabilidade. Finalizou sua fala perguntando: isso foi ou não discutido e conversado naquela reunião?

A conselheira Edna retomou a questão da senha dizendo que nada disso justifica a alteração da senha feita pela conselheira Wellyene.

A conselheira Wellyene falou que todos tinham ouvido o conselheiro Fernando, e era importante que também ouvissem tudo que ela tinha dito, e pediu para todos decidissem com independência a fim de pôr fim a esse assunto, conforme descrito nos emails, e também expressado nas falas das conselheiras Mônica e Renilda,, o conselho estava gastando tempo e energia demais com o episódio.

Em seguida, a conselheira Edna reclamou do fato da conselheira Wellyene sempre comentar como faziam no biênio anterior, e que isso estava causando divisão dentro do conselho, já que muitos estavam no primeiro mandato. Falou, também, que estava muito incomodada com o funcionamento do colegiado, comentou que decisões estavam sendo tomadas sem se conversar com outros conselheiros, falou muito aborrecida sobre a entrega de ofício, referente o Hospital Campo Limpo, para o Prefeito Ricardo Nunes, em um evento, com a ausência de alguns conselheiros e por fim, comentou que um outro conselheiro tentou intimidá-la, na reunião anterior, devido a falta de formação.

A conselheira Mônica entrevistou frisando que para ser conselheiro não é exigido nenhum tipo de formação. A conselheira Wellyene concordou com a conselheira Mônica e pontuou que o importante era a competência de seus membros, que se o atual conselho tinha membros com formação e também vários conselheiros líderes de comunidade eram excelentes para o seu funcionamento.

A conselheira Edna manifestou desinteresse em atuar num colegiado com tantas intrigas.

A conselheira Mônica retomou a palavra e dirigindo-se diretamente à conselheira Wellyene falou: “o mais importante era pôr fim a essas intrigas”. Em seguida, encaminhou no sentido do colegiado votar se a conselheira Wellyene deveria continuar ou não no conselho. A conselheira Wellyene surpreendida, perguntou: “como assim, vocês querem deliberar se eu fico ou não no conselho?”

A conselheira Edna respondeu que pela Casa Civil, pelo documento encaminhado pela Casa Civil e por tudo que a conselheira fez, caberia sim a expulsão. Olhou para a Sra. Naltilha e perguntou, estou mentindo?

A conselheira Wellyene invocou os princípios da legalidade/transparência da administração pública e pediu para ver o documento encaminhado pela Casa Civil, com a informação de que ela havia agido de forma irregular.

A Sra. Naltilha se manifestou dizendo que na verdade tratava-se do Decreto regulamentador do Conselho Participativo e falou que ao assumir na subprefeitura, recebeu a informação de que a conselheira Wellyene tinha mudado a senha do gmail do conselho, sem a devida autorização.

A conselheira Wellyene esclareceu para a sra. Naltilha que: “a senha do gmail tinha sido compartilhada por ela aos colegas do atual biênio, que a senha era do gmail criado no biênio passado, e foi posteriormente alterada pelos conselheiros Fernando e/ou Marcelo, sem que os colegas tivessem a delicadeza de fazer uma ligação, e ainda negaram o compartilhamento da nova senha, diferentemente dela. Falou que sempre procurou compartilhar tudo que aprendeu e fez no primeiro biênio com os colegas do atual biênio, mas não tinha recebido a mesma delicadeza, mesmo fazendo parte da Comissão de Coordenação do Conselho Participativo Municipal do Campo Limpo, na posição de vice-coordenadora, conforme processo de eleição já comentado.

O conselheiro Marcelo falou que a senha tinha sido alterada porque não queriam todo mundo "fuçando" no g-mail, pois viram que precisavam organizar o drive, e perguntou para a conselheira, em tom de crítica: "que ordem era essa que vocês tinham nesse gmail?"

A conselheira Wellyene respondeu ao conselheiro informando que todos os documentos referentes ao período regulamentar do mandato, que deveria ter sido encerrado em dezembro de 2021, estavam devidamente arquivados na pasta do biênio, dentro da sala do CPM e, digitalmente, em subpastas do gmail. Assim como a planilha de controle de ofício e SEI organizada no drive e devidamente impressa. Já a documentação em formato digital de 2022, realmente não estava organizada, inclusive porque a principal luta dos conselheiros do biênio passado, os poucos que resistiram aos recorrentes decretos de extensão de mandatos, foi para que houvesse a eleição de novos colegiados, para que os 32 colegiados fossem instalados nas subprefeituras e continuassem a existir, inclusive esse. Finalizou dizendo que era importante os colegas reconhecerem essa luta, assim como ela reconhece as lutas travadas nas comunidades.

A Sra. Naltilha interrompeu as discussões dizendo que a questão da troca da senha estava sim no documento da Casa Civil, no item referente a perda de mandato. Pediu para ser corrigida se estivesse errada e começou a leitura do documento, salientando que o mesmo documento tinha sido compartilhado no grupo ZAP: "Cometer falta grave no exercício de sua função, assim compreendida: a obtenção de vantagem para si ou para outro". Em seguida informou que a questão da troca da senha estava enquadrada neste item, pelo fato da senha ter sido trocada e não ter sido fornecida para mais ninguém.

Logo após a fala da representante do poder público, a conselheira Wellyene disse aos colegas que podiam começar o processo de votação, e caso a decisão fosse por sua expulsão, por essa questão e com esse embasamento, ela iria recorrer na justiça. Falou que todos ali estavam se conhecendo, que não tinha "pé atrás" com ninguém. Só os tinha conhecido no dia da primeira reunião e realmente sentia muito com o rumo dado nessa questão da senha, principalmente porque pela reunião do dia, na fase de discussões de demandas, ficou claro para ela, que todos tinham algo a compartilhar e agregar para o conselho, citando o apoio que a Dona Edna manifestou e prontificou a dar, no decorrer dos debates relacionadas à demanda da Dona Elvira, e a bagagem do Marcelo nas questão da regularização fundiária do Jd.Valquiria.

A sra. Naltilha retomou a palavra para ler a íntegra do Manual de Conselheiros, enviado pela Casa Civil, item Perda de Mandato: " Perderá o mandato o conselheiro que: I - infringir qualquer das vedações previstas no [artigo 17 da Lei Orgânica do Município](#); II - deixar de comparecer, injustificadamente, a mais de 3 (três) reuniões plenárias consecutivas ou alternadas, ou a mais de 3 (três) reuniões convocatórias da Coordenação de Diálogo e Participação Social durante o período do mandato; III - deixar de comparecer, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões plenárias ordinárias durante o período do mandato; IV - cometer falta grave no exercício de sua função; a) a obtenção de vantagem para si ou para outrem, utilizando-se o Conselheiro da função que ocupe, fraude ou ma-fe; b) ferir o decoro com ofensas físicas ou morais aos conselheiros e público, presentes na reunião do Conselho; c) praticar atos que firam a discricão pessoal, o respeito e a dignidade, tornando impossível a convivência do Conselheiros com seus pares ou com o público em geral; d) lesões a honra e a boa fama de terceiros quando no exercício de membro do Conselho Participativo Municipal; e) convocar reuniões ou praticar outros atos sem o conhecimento e autorização do Coordenador do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura; V- passar a exercer mandato eletivo nos Poderes Executivo ou Legislativo, excetuada a participação em outros órgãos colegiados criados pela legislação municipal, estadual ou federal; VI - for comprovada sua candidatura a mais de um Conselho Participativo Municipal no mesmo

pleito; VII - passar a ocupar cargo em comissão no Poder Público Federal, Estadual ou Municipal; VIII - sofrer condenação criminal ou sentença transitada em julgado que implique restrição à liberdade de locomoção. Após finalizar a leitura, informou que tinha lido o item todo para que todos tivessem conhecimento, falou que não entendia de lei e não tinha participado das reuniões anteriores, mas quando precisava sabia procurar.

A conselheira Wellyene falou que já tinha se manifestado sobre a questão da senha do gmail e apontou que a deliberação de expulsão dela não constava da pauta publicada no diário oficial e todos sabiam como funcionava, já tinha compartilhado mais de uma vez o regimento interno e a legislação em vigor, com todos. Falou que para fazer a expulsão de um conselheiro eleito pela população tem que seguir as regras/os procedimentos, inclusive o de transparência. Pediu para todos lerem a parte do regimento interno que dispõe sobre o procedimento a ser seguido para casos de expulsão de conselheiros - prevê a definição de membros e instalação de uma comissão de ética, com a função de analisar e emitir parecer, composta por pessoas imparciais, que analisam a acusação, conferem aos envolvido(s) o direito de defesa, emitem parecer, etc tudo por escrito. Ressaltou, ainda, que no primeiro semestre do atual biênio a coordenação do CPM era realizada por uma ela fazia parte da Comissão de Coordenação e que se os conselheiros quisessem alterar era preciso rever o regimento interno. Por fim, declarou que caso a expulsão fosse deliberada, conforme proposto, recorreria judicialmente.

Nesse momento, o conselheiro Marcelo comentou sobre o email que o conselheiro Matheus tinha encaminhado para todos, em que propôs a formação da comissão de ética para discutir assuntos relacionados à atuação do coordenador e secretário. A conselheira Wellyene pontuou que essa questão do email do conselheiro Matheus deveria ser tratada em outra oportunidade e na presença do conselheiro Matheus.

A conselheira Renilda pediu a palavra e falou sobre a importância de todos estarem doando seu tempo e energia para ajudar a região em que vivem e pediu para todos deixarem de lado picuinhas e disputas de poder. Relatou ter aprendido muito em curso que participou na Casa Civil, inclusive a se posicionar mais durante as reuniões. Destacou ainda a importância de unir esforços para ajudar todos os bairros, independentemente da área específica em que cada um mora.

O conselheiro Marcelo também comentou ter participado de uma reunião na Casa Civil, em outubro/2022 e que aprendeu bastante.

Em seguida, os conselheiros debateram e encaminharam sobre a necessidade de se reunirem para criarem grupos de trabalhos por tema, saúde, educação, moradia, etc, podendo inclusive chamar extraordinárias.

A conselheira Graziela comentou que pelo regimento interno a definição dos membros da Comissão de ética deveria ter ocorrido na segunda reunião e não foi.

A conselheira Edna salientou a importância do colegiado trabalhar junto para fortalecer pautas urgentes. Comentou que na reunião de dezembro apresentou para o grupo a situação sofrida em família de desrespeito de servidores, do soro com medicação de outro paciente que flagrou sendo administrada ao seu filho, enquanto estava internado no Hospital Campo Limpo e relatou inclusive que precisou comprar remédio de R\$10.000,00 (dez mil reais) para

não perder o filho, tudo por negligência. Falou que quase perdeu o filho que está em casa, mas não anda por erro médico, Falou que a situação exigia o apoio de todos os colegas, mas foi para a briga sozinha. Relatou que chamou a Globo e a CNT, foi na Casa Civil, tudo sozinha. Falou que o conselho precisava acompanhar de perto os problemas envolvendo os equipamentos de saúde do território, pois outras pessoas estavam com problemas envolvendo o Hospital.

Os conselheiros também falaram sobre o Centro Odontológico recém inaugurado no Capão Redondo. Falaram que ninguém está conseguindo acesso, que apesar de inaugurado não tem atendimento, por falta de estrutura material. A conselheira Bianca pediu aos conselheiros que enviem mensagens referente ao atendimento do centro odontológico, que ela encaminhará para a assessoria do vereador Marcelo Messias, para ajudar na fila.

Encaminhamentos: chamar reunião administrativa ou ordinária para montar os grupos de trabalho por área/tema, definição dos integrantes da comissão de ética e alinhamento de agendas e pautas.

A Sra. Naltilha entregou o crachá para a conselheira Wellyene e encaminhou para a discussão do último item da pauta.

4 -Deliberação quanto aos conselheiros que não apresentaram justificativa para ausência nas últimas reuniões (ausência justificada somente é considerada com comprovante) - 15min;

A sra. Naltilha falou que era necessário formalizar em ata o pedido de renúncia dos conselheiros Marcos Sousa Santos e Rodrigo Bueno. A vacância ficou formalizada para o processamento de posse de suplente.

Após intenso debate, os conselheiros deliberaram pelo envio de correspondência/e-mail aos conselheiros que não estão comparecendo nas reuniões ordinárias, informando que a não presença na reunião do mês de abril/2023, a ser realizada em 05/04/2023, importará em “perda de mandato”, com publicação no Diário Oficial da Cidade, nos termos do artigo 28, inciso II, do Decreto 59023/2019.

Finalizada as discussões, a conselheira Mônica encerrou os trabalhos às 21h40min. Que se lavre a presente ata, para ser lida, revisada e aprovada pelos conselheiros, com a devida publicação no Diário Oficial do Município de São Paulo/SP, nos termos da legislação.

Assinatura dos(as) conselheiros(as)